

AS FRAÇÕES DE CLASSE NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA (2018-2028) A LUZ DAS IDEIAS DE POULANTZAS

Jessika Vieira Marques¹
Ideni Terezinha Antonello²
Sandra Maria de Almeida Cordeiro³
Léia Aparecida Veiga⁴

Resumo

Objetivou-se discutir os interesses das frações de classe no processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (2018-2028) na perspectiva teórica de Poulantzas, na configuração desta instância mediadora da vida social e seus desdobramentos entre os anos de 2018 e 2021. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com levantamentos em fontes secundárias (produção bibliográfica e documentos publicados em órgãos e sites oficiais assim como em mídias digitais). Verificou-se uma conjuntura com acirrada disputa política, econômica e social em meio a realidade do processo de revisão do Plano Diretor, com forte presença da classe dominante na escala local e pouca participação popular. Conclui-se que a ação do Estado e seus elementos junto ao processo de planejamento urbano participativo, em relação ao Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (2018 – 2028), foram ao encontro da classe de maior poder aquisitivo e não atendeu os anseios coletivos da população.

Palavras-chave: Participação. Planejamento urbano. Plano Diretor Municipal. Londrina.

CLASS FRACTIONS IN THE REVISION PROCESS OF THE PARTICIPATIVE DIRECTORY PLAN OF THE MUNICIPAL CITY OF LONDRINA (2018-2028) IN ACCORDANCE WITH POULANTZAS IDEAS

Abstract

The objective of this article is to discuss the State from the perspective of Nicos Poulantzas, considering our intent to understand the configuration of this mediating instance of social life and its unfoldings between the years 2018 and 2021 during the review process of the Master

¹Mestra e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: jessika.vmarques@gmail.com

²Professora do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: antonello.uel@gmail.com

³Professora no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: sandracordeiro@uel.br

⁴Professora do Curso de Pós-graduação em Geografia no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: leia.veiga@uel.br

Plan of the municipality of Londrina, located in Southern Brazil. It was verified a conjuncture with fierce political, economic and social dispute amid the reality of the Master Plan review process, with strong presence of the dominant class at the local scale and weak participation of the popular class. It is concluded that the action of the State and its elements along with the process of participatory urban planning, in the case of the review of the Participatory Master Plan of the Municipality of Londrina (2018 - 2028), met the class of greater purchasing power and did not meet the collective wishes of the population.

Key-words: State. Urban planning. Municipal Master Plan. Londrina.

FRACTIONS DE CLASSE DANS LE PROCESSUS DE RÉVISION DU PLAN DIRECTEUR PARTICIPATIF DE LA MUNICIPALITÉ DE LONDRINA (2018-2028) À LA LUMIÈRE DES IDÉES DE POULANTZAS

Résumé

L'objet de cet article c'est discuter l'État du point de vue de Nicos Poulantzas, considérant notre intention de comprendre la configuration de cette instance médiatrice de la vie sociale et ses évolutions entre les années 2018 et 2021 lors du processus de révision du Schéma directeur du municipalité de Londrina, située dans le sud du Brésil. Il y avait une situation de conflit politique, économique et social féroce au milieu de la réalité du processus de révision du Plan Directeur, avec une forte présence de la classe dirigeante à l'échelle locale et une faible participation de la classe populaire. Il est conclu que l'action de l'État et de ses éléments près de processus d'urbanisme participatif, dans le cas de la révision du Plan Directeur Participatif de la municipalité de Londrina (2018 - 2028), étaient conformes à la classe avec le pouvoir d'achat le plus élevé et ne répondait pas aux exigences des aspirations collectives de la population.

Mots-clés: Etat. Aménagement urbain. Plan Directeur Communal. Londrina.

INTRODUÇÃO

Contextualizar o Estado capitalista moderno se faz essencial para que possamos identificar a configuração assumida por este, o que nos permite compreender como se estruturam as relações de poder e suas articulações com os interesses das frações de classe. Pois, o jogo de forças sociais que se condensa no Estado em geral e no caso brasileiro, em particular, é ainda mais perceptível observando como se articulam e se rearranjam os interesses das frações burguesas em suas disputas com as forças populares ou seus representantes. Apreender estas relações é importante ao se analisar o desenvolvimento dos territórios e as dinâmicas que nele se processam. Uma vez que as relações sociais são cruciais nas discussões referentes ao território, constituindo-se em um conceito fundamental para se

pensar e analisar o espaço marcado por relações de poder, que fica evidente na concepção miltoniana ao desenvolver o conceito de território usado, o qual proporciona apreender não só a dimensão material representada pelos objetos, mas a social representada pelas ações (SANTOS, 1998).

Ao se debruçar sobre análise das ações que se cristalizam no território marcado pelo conflito de classe na produção social do espaço, cabe refletir as palavras de Saquet (2015, p. 39) ao colocar que ocorre: “[...] no território fixação e movimento, contradições e unidades; dominação e subordinação, controle do e no espaço geográfico”. Por conseguinte, o poder é exercido no cotidiano, nas relações e fluxos, é por meio dele que as informações serão direcionadas, constituindo locais ricos ou carentes dela. Nesse sentido, Saquet (2007, p. 33) salienta que o poder é inerente às relações sociais e está “[...] presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas [...]”. Raffestin (1993, 150) acrescenta ao relacionar o poder com o território que: “O território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações [...]”, trata-se, portanto, de um conceito norteador das relações sociais marcadas pelo poder.

A concepção teórica de Nicos Poulantzas sobre a composição do Estado e a formação de um bloco no poder, composto de frações de classe em posição de dominação política e econômica, se faz atual e primordial ao que objetivamos com este estudo, visto que o Estado que condensa relações de forças e que, majoritariamente, atua em prol destas frações, é o que determina as formas como as relações de poder são materializadas nos mais diversos processos democráticos e no território, uma vez que o território é marcado pela manifestação das relações de poder que se revela na apropriação do espaço pelo classe dominante. Nesse sentido, salienta-se que o território se forma alicerçado em ações conduzidas, que segundo Raffestin (1993, p. 152) estão atreladas “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território”. Portanto, essas ações são permeadas por relações sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais são perpassadas pelo poder, assim “[...] o território é marcado e formado pelas relações nele existentes, sendo que muitas delas se definem por serem relações de poder. Salienta-se que existe o uso do território por parte do capital, sujeitando a diversas mudanças e contínuas mudança” (CALABI; INDOVINA, 1973).

Por esta razão, é comum nos depararmos com manifestações públicas das frações de classe nos mais diversos meios de comunicação, que por muitas vezes concedem um espaço considerável para que estas se expressem, trabalhando a favor dos interesses do capital. Enquanto as frações detentoras do poder constantemente expõem o jogo de forças que permeia o Estado brasileiro sem se preocupar com a repercussão de suas declarações, o mesmo não se pode verificar quando se trata dos interesses da classe trabalhadora, que luta em condições de desigualdade constante, seja nas formas e oportunidades de expressar sua luta, seja nas condições sociais e econômicas do seu cotidiano, o que inclusive afeta a participação popular em processos democráticos como a revisão de planos diretores. Tendo em vista que no processo de revisão do plano diretor as relações de poder se fazem presente com força nos espaços de participação já que “[...] O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”. (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

No âmbito das políticas urbanas, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, então denominada de Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), foi elaborada, regulamentando os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, a fim de estabelecer diretrizes gerais da política urbana e estabelecer outras providências. Nela, o Plano Diretor é destacado enquanto importante elemento do planejamento municipal, englobando neste processo todo o território municipal. Além disso, conforme a referida lei, ele deve ser revisto a cada dez anos, sendo primordial a publicização de todas as etapas do processo, assim como deve ser assegurada a participação popular e dos segmentos da sociedade local.

Considerando a necessidade dos governos locais de garantir o bem estar da população e de desenvolver instrumentos de gestão que efetivem os objetivos constitucionais da política urbana, o Plano Diretor, apesar de marcado pela presença de interesses de classes contrários aos setores populares, de forma geral, desponta enquanto instrumento fundamental e garantidor de propostas que visam uma cidade mais acessível e o cumprimento da função social da propriedade, aliando a participação popular com o poder público. Nesse contexto, é necessário pensar os planos diretores municipais vinculados a urbanização como um fenômeno de classe, pois segundo Harvey (2014) o processo de urbanização atrelado a sociedade capitalista, ocorreu mediante a concentração de um excedente de capital por uma classe, a qual direcionou e aplicou no desenvolvimento urbano visando os seus interesses de

geração de mais-valia (lucro), bem como criando o sustentáculo socioespacial para legitimar o seu poder enquanto dominante. Nas palavras de Harvey (2014, p. 133) “[...] a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano”.

O processo de urbanização capitalista se cristaliza em um ordenamento do território que tem como matriz a desigualdade socioespacial, que marca o acesso diferenciado à cidade ao conjunto de diferentes classes que compõem uma sociedade, desta forma, se justifica a compreensão da urbanização como um fenômeno de classe. O desdobramento é o conflito de classe, pois “A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe” (HARVEY, 2014, p.133).

Cabe observar o comprometimento do poder público não somente com a construção participativa das propostas que compõem um plano diretor, mas com as formas com que tais propostas serão implementadas no município, o que pode indicar uma efetiva participação popular e o atendimento de suas demandas ou o favorecimento das frações da burguesia em detrimento dos interesses das classes populares.

Colocado nesta perspectiva, o debate sobre o Plano Diretor Municipal de Londrina (PDML) pode evidenciar o jogo de forças existente no município, envolvendo as classes ou suas frações, uma vez que o processo é permeado por pressões exercidas por setores da classe dominante local, os quais se vêem obrigados a confrontar seus interesses com aqueles das “classes populares”. Este jogo de forças pode colocar em evidência o posicionamento do poder público perante os interesses das classes sociais na medida em que se restringe a desempenhar papel figurativo ou, então, forçar e aprofundar os princípios democratizantes possibilitados pelos mecanismos de representação formais. Nesse contexto, objetiva-se discutir os interesses das frações de classe no processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (2018-2028) na perspectiva teórica de Poulantzas, na configuração desta instância mediadora da vida social e seus desdobramentos entre os anos de 2018 e 2021.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina (PDML) – que vem sendo debatido e construído para abranger um período de dez anos (2018 – 2028), teve uma proposta metodológica que incluiu a realização de oficinas descentralizadas, debates com comunidades locais e a formação de câmaras técnicas e grupos de acompanhamento com a

participação de gestores municipais e de profissionais convidados de diversas áreas, membros de movimentos populares, setores empresariais, conselhos de direitos e de classes e outros agentes e a realização de audiências públicas.

Desde o início desse processo, no final do ano de 2017, quando a gestão municipal começou a organizar atividades para revisar o Plano Diretor, houve representações contrárias de agentes pertencentes a classe dominante em relação ao andamento da revisão e críticas públicas direcionadas a grupos participantes e às propostas que foram sendo elaboradas, caso estas não atendessem aos interesses de determinada fração de classe. Assim, essa temática foi considerada relevante por trazer à tona os desdobramentos das etapas correspondentes a revisão do PDML, ao explicitar os interesses de classes, sendo pertinente e atual discutir o tema, dada a importância do planejamento urbano na organização territorial dos municípios. Nessa reflexão sobressai a defesa de Raffestin ao afirmar que: “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder” (1993, p.162).

O presente estudo é considerado de natureza qualitativa, visto que se atém a responder questões mais particulares, além de se ocupar, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não deveria ou que não pode ser quantificado, conforme aponta Minayo (2012). Quanto ao tipo, esta corresponde a pesquisa descritiva, nesse tipo, se descreve as características de determinada população ou fenômeno, as interpretando e não interferindo ou modificando a realidade pesquisada.

Com relação às etapas metodológicas, o estudo foi desenvolvido em duas etapas: revisão bibliográfica e pesquisa documental. Na primeira, o propósito foi realizar a revisão bibliográfica a fim de construir o referencial teórico que embasou a análise e proporcionou alcançar os objetivos propostos na investigação. Na pesquisa documental, o escopo foi levantar junto aos documentos elaborados ao longo das etapas de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, os procedimentos e sujeitos que compuseram as atividades, no intuito de analisar as disputas políticas e econômicas que se fizeram presentes. No caso de fontes jornalísticas, foi feita uma pesquisa entre jornais impressos e/ou mídias em formato digital abrangendo o período da revisão do PDML, entre os anos de 2018 a 2019, período este que engloba a divulgação em mídia local das atividades que seriam desenvolvidas na referida revisão.

Os dados coletados por meio da pesquisa documental possibilitaram a utilização da técnica de análise de conteúdo, na qual se baseia a análise conforme o que está sendo dito no texto, segundo Costa e Costa (2011) nos textos já produzidos por outros autores – como notícias de jornais, revistas, artigos e documentos. Para análise foram selecionados três sujeitos, que foram extraídas, transcritas e analisadas a partir de áudios e vídeos contendo entrevistas realizadas com participantes do processo de revisão, disponíveis em canais de comunicação de massa e na plataforma digital Youtube. As falas foram proferidas por três representantes de diferentes setores empresariais e profissionais do município de Londrina e região, que foram identificados como “Sujeito A”, “Sujeito B” e “Sujeito C”.

Outra fonte de dados foi obtida com a realização da pesquisa empírica, que concretizou o monitoramento e a avaliação do processo participativo de revisão do PDML (2018) que ocorreu mediante a execução de estudo de campo, por meio da participação das pesquisadoras em todas as etapas participativas colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina), bem como se utilizou de dados secundários disponibilizados pelo referido Instituto.

O texto foi organizado em duas partes. Inicialmente discutiremos os elementos do Estado moderno para que se possa analisar o seu papel em meio às relações de poder e sua articulação com os interesses das frações burguesas, a partir dos conceitos de Nicos Poulantzas. Em seguida, analisaremos as disputas pela cidade e pelo desenvolvimento urbano do município de Londrina por meio da participação social, na qual se evidencia o jogo de forças presentes no processo de revisão do PDML.

PODER POLÍTICO, RELAÇÕES DE PODER E FRAÇÕES DE CLASSE

Buscando elaborar novas contribuições às concepções marxistas de Estado, Nicos Poulantzas (1936-1979) objetivou discutir de forma mais abrangente e aprofundada sobre a natureza e as crises vivenciadas pelo Estado capitalista, além da importante construção elaborada acerca das classes sociais e lutas de classe.

Poulantzas, Antonio Gramsci (1891-1937), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Louis Althusser (1918-1990) tiveram como objetivo fugir da até então predominante visão descritiva do Estado. Os autores mencionados foram importantes para que Poulantzas

desenvolvesse a sua abordagem sobre o Estado, considerando que a contribuição de Sartre, com a chamada Crítica da razão dialética, a de Gramsci, acerca do conceito de hegemonia no Estado, e a de Althusser, a respeito dos aparelhos ideológicos do Estado, fazem parte da elaboração teórica do autor, juntamente com as contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin.

Silveira (1984) considera que o marxismo foi reavivado na França, nos anos 1960, após um longo período de três décadas de hibernação. E foi nesta atmosfera de resgate do marxismo que Poulantzas produziu seus primeiros ensaios, sendo que herda de Sartre e Althusser a insubmissão ao dogmatismo e ao marxismo oficial, se aproximando de forma mais evidente de Althusser – por conta do espaço aberto pelos seus ensaios.

A teoria de Poulantzas visa dar continuidade e atualidade aos escritos marxistas, se baseando em um Estado capitalista que condensa relações de forças, no qual não se pode considerar que este está confinado apenas à relação mecânica entre as instâncias econômica e ideológica, mas sim permeado por uma correlação de forças que atravessa esta relação. Para isto, irá focar no aspecto político do Estado, a fim de compreender a essência deste e o papel das classes sociais na sua constituição, o que é possível verificar principalmente na obra *Poder político e classes sociais* (1986).

Nesse sentido, o foco desta análise é compreender e exponenciar o pensamento do autor, a fim de realizar análises da realidade com base nas conjecturas dele. Assim, nos baseamos nas três obras produzidas por Poulantzas. Estas tratam, sucessivamente, da estrutura do Estado e da sua essência. Conforme demarcam os períodos históricos, também avançam o pensamento e os escritos do autor, que a princípio busca construir e justificar a sua teoria sobre o Estado, principalmente tecendo críticas a grandes expoentes marxistas que foram seus antecessores, se dispondo a continuar e avançar no que diz respeito aos estudos marxistas na França.

Desse modo, seus estudos que sucedem a sua primeira obra, que data de 1968, representam não somente um progresso quanto a teoria capitalista do Estado, mas ainda um amadurecimento teórico e político, que o autor expressa mediante análises do Estado na década de 1970, das classes sociais frente ao domínio do capitalismo monopolista, do avanço do imperialismo norte americano e das sucessivas crises do capital, sempre sem deixar de lado

as suas elaborações e compreensões sobre as relações de poder e o papel das frações de classe nesta conjuntura.

Sob esta perspectiva, o autor salienta que na teoria política, o conceito de poder é um dos mais controversos, por isso se mostra mais pertinente à discussão delimitar o campo deste conceito a distinção entre estruturas e relações sociais. Inicia suas considerações afirmando que o conceito de poder se constitui no campo das práticas de classe. Aponta que Marx e Engels, ao se referirem aos conceitos de poder, de autoridade ou de dominação, os situam, necessariamente, no campo das relações de classe. Poulantzas (1986) ainda salienta que o caso é ainda mais perceptível em Lênin, para quem as chamadas relações de força ou relações de poder se relacionam diretamente ao campo da luta de classes.

Logo, para o autor somente é possível estabelecer o conceito de relações de poder se pensarmos o conceito de relações de classe, visto que um está intrinsecamente relacionado ao outro, dado o fato de que ocupam teoricamente o mesmo campo. Sob esta perspectiva, Poulantzas (1986) destaca que o poder não está situado nos níveis de estruturas, porém é um efeito do conjunto destes níveis, o que vem a caracterizar cada um dos níveis da luta de classes. Afirma que o conceito de poder não pode assim ser aplicado a um nível de estrutura, pois quando se fala, por exemplo, em poder de Estado, não podemos apontar o modo de articulação e de intervenção do Estado nos outros níveis de estrutura, “[...] mas sim o poder de uma classe determinada, a cujos interesses o Estado corresponde, sobre outras classes sociais” (POULANTZAS, 1986, p.96).

O autor define o poder enquanto a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses específicos de forma objetiva. Na obra – O Estado, o poder, o socialismo – Poulantzas (2000) tece considerações acerca do poder, afirmando que no marxismo, este não se identifica e não se reduz ao Estado, isto porque, se no processo de produção se tem a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas, somos levados a considerar que estas relações de produção junto aos elos que as compõem, como a propriedade e a posse, se exprimem em poderes originados dos lugares em que tais elos se desenham. Nesse caso, poderes de classe que levam à relação fundamental da exploração, ou seja, a propriedade econômica é que espelha notavelmente o poder de determinar os meios de produção e seus possíveis usos, além de dispor dos produtos obtidos, da posse e da capacidade de ativar os meios de produção e de ordenar os processos de trabalho.

Retornando às elaborações anteriores de Poulantzas, em 1968, o autor considerava necessário fazer um primeiro esclarecimento relacionado ao conceito de poder, na qual este se refere a um tipo preciso de relações sociais caracterizadas pela disputa entre classes, sendo “[...] a capacidade de uma delas realizar pela sua prática os seus interesses próprios encontra-se em oposição com a capacidade – e os interesses – de outras classes” (POULANTZAS, 1986, p.101). Assim, além da crucial relação da instância econômica como condição para obtenção e exercício do poder por uma classe, esta mesma possibilidade de exercer este poder, bem como estabelece relações de dominação e subordinação entre classes, o que culmina em um movimento de classe – ou movimento político – com vistas a realização de determinados interesses, tal realização significa quais serão as artimanhas fundamentais à defesa destes mesmos interesses perante o Estado.

Para o autor, o Estado capitalista deve ser concebido de maneira mais ampla, visto que concentra cada vez mais as várias formas de poder em si, interferindo de forma crescente em todas as esferas da realidade social, o que dissolve o tradicional tecido da esfera privada e permite sua entrada nas tramas que permeiam todo poder de classe.

A respeito dos aparelhos ideológicos e repressivos e de sua influência althusseriana, Poulantzas, na obra *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1978), aponta que na sua relação com as classes sociais, o aparelho de Estado tem enquanto papel principal a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que conserve a dominação de classe, além de ainda favorecer a reprodução das relações de classe. As relações políticas e ideológicas se materializam como práticas nos aparelhos de Estado. Os aparelhos de Estado operam a favor da dominação de classe, desde os mais tradicionais – exército, polícia, igrejas, escolas, família – até os referentes ao âmbito do lazer, da cultura e da informação, por exemplo, - rádio, imprensa, cinema e teatro – o que indica que estes aparelhos materializam e condensam as relações de poder e as relações de classe.

No contexto das relações de poder, cabe frisar que “[...] o poder é multidimensional e reproduzido cotidianamente em diferentes situações a cada instante, em toda relação social, nas famílias, no Estado, nas empresas e nas demais instituições; é plural e móvel (SAQUET, 2015, p. 68). Em vista disso, emerge novamente o conceito de poder pautado nas ideias de Raffestin (1993) embasadas nas de Foucault, o qual é aprendido pelo autor como: “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à

manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54). Nessa sentença o autor considera: nós, fluxos, redes, relações, conexões e as desconexões, intrinsecamente relacionadas e direcionadas para e pelo poder.

Nesse movimento se produz uma rede de relações, em que “[...] o poder está em todo lugar não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1982, p. 46). Tal dinâmica do poder “[...] não é localizável e não é um objeto que se possui. Ele é lugar de luta, relação de força. Ele se exerce e se disputa. O poder funciona como uma rede que se espalha na estrutura social com suas micro e poderosas ações, que estão em toda parte da estrutura social (SILVA, 2004, p. 172). Nesse caminho filosófico Saquet (2007, p.32-33), defende que:

[...] o poder significa [...], relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, interagindo-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade. A ideologia molda comportamentos e atitudes, condiciona normas e regras e vice-versa.

Nesse sentido, se faz necessário ainda ressaltar outro aspecto relacionado às relações de poder em Poulantzas, que diz respeito à especificidade dos interesses de classe. Sob esta perspectiva, o autor afirma que o poder está situado nas diversas práticas de classe, considerando que há interesses relacionados ao nível econômico, ao político e ao ideológico. As disputas desencadeadas pelas relações de poder podem levar as relações de classe ao extremo, a fim de que a dominação e a subordinação se deem de forma completa, isto é, nas três instâncias expostas.

Acerca das considerações sobre o Estado desenvolvidas pelo autor ao longo de suas obras, a publicação “Poder político e classes sociais” se faz relevante porque nela o autor desenvolve sua teoria do Estado capitalista a partir da ideia de que o Estado moderno se apresenta como que encarnando o interesse geral de toda a sociedade, isto é, sintetizando a vontade desse corpo político – denominando de nação. Para isso, inicia ponderando que um primeiro traço que distingue o moderno Estado capitalista consiste no fato de que a dominação política de classe está constantemente ausente das instituições, se apresentando no que denomina de “Estado-popular-de-classe”. Suas instituições estão organizadas em torno

dos princípios de igualdade e liberdade individuais, na qual a legitimidade deste Estado não mais se resume a vontade divina implicada em princípios monárquicos, “[...] mas no conjunto dos indivíduos-cidadãos formalmente livres e iguais, na soberania popular e na responsabilidade laica do Estado para com o povo” (POULANTZAS, 1986, p.119).

Ao se pensar outro traço presente no Estado moderno, se tem que considerar a relação deste com o campo da luta de classes, pois Poulantzas (1986) observa que a relação do Estado com a luta econômica de classe não abrange a relação entre as estruturas do Estado capitalista e as relações de produção, na medida em que esta última estabelece os limites da relação entre o Estado e o campo da luta de classes. O autor aponta que este fator leva o Estado a colocar-se como representante dos interesses gerais dentre diferentes interesses econômicos concorrentes entre si, o que oculta o caráter de classe dos seus agentes.

Assim, como consequência direta e por meio do funcionamento do campo ideológico, o Estado oculta sistematicamente por meio de suas instituições políticas o seu caráter político de classe, isto é, fala-se aqui de Estado popular nacional de classe, que se apresenta como a encarnação da vontade popular do seu conjunto de indivíduos ou povo.

A esse respeito, o autor trata de sublinhar que as classes dominantes, ao mesmo tempo em que tentam desvincular a luta econômica de seus objetivos, acabam por proteger e conservar as bases do Estado capitalista, com a coerção política, ideológica e econômica de uma classe sobre a outra.

Poulantzas ainda considera relevante apontar seu conceito de hegemonia, a partir das considerações de Gramsci, assinalando que o Estado capitalista e as características da luta de classes neste contexto fazem com que seja possível o funcionamento do chamado bloco no poder, composto por frações dominantes politicamente. Para ele, entre as classes e frações dominantes, uma delas irá deter um papel dominante particular, que pode ser caracterizado como hegemônico. Portanto, o conceito de hegemonia expressa a dominação específica de uma classe ou frações de classe com relação a classe oposta ou outras frações burguesas na formação social capitalista.

A classe hegemônica é a que concentra em si, ao nível político, a função de representar o interesse geral do povo-nação e, ao mesmo tempo, manter a dominação dentro das classes sociais e das frações de classe, configurando uma relação específica com o Estado capitalista. Esta concepção é fundamental ao que Poulantzas vem a elaborar sobre a composição do

Estado moderno, pois é a formação de um bloco no poder que será vital para compor a hegemonia e, portanto, o exercício da dominação de determinadas frações de classe perante outras.

Poulantzas (2000) evidencia quando analisa a relação entre o Estado e as classes dominantes, em especial a burguesia, que o Estado exerce uma função primordial de organização. Já que representa e organiza as classes dominantes, ou seja, organiza o interesse político do bloco no poder em longo prazo – bloco este composto de frações de classe burguesas. Não há uma unificação entre os interesses das frações dominantes – embora possa haver convergência de interesses – mas sim diversas frações que disputam a hegemonia no bloco do poder estatal e a manipulação de seus instrumentos e aparelhos.

O autor ressalta que o Estado constitui a unidade política das classes dominantes justamente porque instaura estas classes como dominantes. Seu papel de organização não se restringe a um único aparelho ou ramo do Estado – como os partidos políticos – mas abrange um conjunto de aparelhos, inclusive os repressivos. Discutindo como se dá concretamente a política do Estado em favor do bloco da burguesia no poder, Poulantzas (2000) analisa que o Estado capitalista deve ser considerado a partir da condensação que materializa uma relação de forças entre classes e frações de classe, uma relação que se expressa de maneira sempre específica no seio do Estado. Dessa forma, o “Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 131, grifos do autor).

Portanto, o Estado para Poulantzas não é simplesmente uma relação, mas carrega em sua composição relações de forças que expressam os distintos objetivos das classes que formam o bloco no poder e os propósitos das classes dominadas, apesar de continuamente desenvolver ações e propiciar o terreno que somente favorece a burguesia, o que não significa que seja possível deixar de lado os interesses das classes dominadas para que se tenha a coesão necessária.

Por esta razão, o autor salienta que estabelecer uma política de Estado em favor do bloco no poder, assim como a concretizar sua autonomia relativa e seu papel organizativo, está organicamente ligado às fissuras e contradições internas do Estado, o que não pode ser visto como mero acidente disfuncional. A instauração desta política do Estado deve ser apreendida como resultado das contradições de classe inseridas na própria estrutura do

Estado. Sob esta ótica, compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças “[...] significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe” (POULANTZAS, 2000, p.134).

Quanto às frações de classe, vale salientar que o conceito desenvolvido por Poulantzas em Poder político e classes sociais, consiste em indicar que: certas classes distintas se apresentam na formação social por muitas vezes como dissolvidas e fundidas a outras classes, o que aponta para as frações autônomas ou não de uma classe, ou ainda para categorias sociais específicas. Na mesma obra, o autor admite que de fato o problema das frações é mais complexo do que o apresenta, apesar de afirmar que considera em sua análise somente o caso de certas classes que se tornam, em decorrência de uma combinação, frações de outras classes. Aponta que pode se vislumbrar na formação social atual o aparecimento de frações no interior de uma mesma classe, dados os efeitos próprios das estruturas políticas desta formação.

Poulantzas (1986), partindo do que expôs Marx, explicita que no modo de produção capitalista, a classe burguesa se apresenta essencialmente dividida em frações de classe, o que importa assinalar que determinadas frações da burguesia, como a comerciante, ou industrial e a financeira, não se reportam simplesmente, como seria de se esperar, à combinação concreta dos modos de produção ou aos efeitos específicos da instância política. No campo político, os seus efeitos podem produzir frações de classe somente no que diz respeito ao campo das práticas políticas de classe, por exemplo, onde determinadas frações podem formar uma unidade de pensamento ou de interesse que não necessariamente atravesse o campo econômico.

A partir da concepção teórica poulantziana acerca do Estado e principalmente das relações de poder e das frações de classe, buscaremos apontar suas contribuições junto às análises das falas proferidas por participantes do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina a fim de compreender a configuração do bloco no poder e da dominação de classe em meio às disputas que se desenvolveram e indicaram a configuração do poder econômico e político no município de Londrina.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E AS FRAÇÕES DE CLASSE NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LONDRINA (2018 – 2028)

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina (2018-2028), ainda em vias de finalização (08/2021), tendo à frente uma equipe multidisciplinar de técnicos que atuavam no IPPUL, em 2018, foi realizado em quatro etapas. Na perspectiva de apresentar as frações de classe que participaram da referida revisão, iremos nos ater, em um primeiro momento, na descrição da dinâmica participativa colocada em prática, uma vez que ela é a expressão da configuração do bloco no poder e da dominação de classe.

A revisão foi realizada a partir de objetivos e formas de organização consonantes aos indicativos do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Assim, na organização dos trabalhos pela equipe do IPPUL, a população pode participar nos seguintes fóruns: a) para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano (etapa II), b) para projetar melhorias necessárias, por meio de propostas (etapa III) e c) na definição dos aspectos importantes que, posteriormente, somariam na minuta de lei (etapa IV). Visando abranger a totalidade da população londrinense, a distribuição espacial dos fóruns no território municipal foi organizada a partir do zoneamento da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) do distrito sede (cidade de Londrina) e dos distritos rurais (Warta, São Luiz, Guaravera, Irerê, Paiquerê, Lerroville e Maravilha). Alguns distritos foram agrupados no mesmo fórum e outros como porções da zona urbana do distrito sede.

Para a etapa II, foram organizados 09 fóruns objetivando a realização de uma leitura comunitária da realidade a partir de questões elaboradas pelos técnicos do IPPUL. Mas na prática foram realizados 10 fóruns, sendo o décimo no distrito de Paiquerê. Ao término dessa etapa II, e com os levantamentos acerca dos aspectos positivos e negativos vivenciados pela população londrinense, os técnicos do IPPUL trabalharam no sentido de agrupar bairros e destacar os problemas indicados pelos participantes em cada zona da cidade.

Em se tratando do distrito sede, para a etapa III foi realizada uma nova subdivisão tendo por base os bairros com maior número de habitantes, estando os menores englobados no recorte espacial que seria nomeado a partir de dois ou três bairros apenas. Essa reorganização, diferente da etapa anterior, foi utilizada para nortear o agrupamento da população que participaria da etapa III (11 a 21/06/2018), nas escolas municipais utilizadas para receber a

população. Isso facilitou no sentido que moradores de um mesmo bairro que se fizeram presentes no fórum puderam sentar-se em um mesmo grupo e retomar a discussão dos problemas e fazer propostas na construção do plano de ação do PDM.

Sobre a participação popular na etapa II compareceram nos 10 fóruns um total de 427 pessoas, desconsiderando a equipe técnica de trabalho do IPPUL que esteve presente em cada fórum da referida etapa. É possível inferir que nos fóruns de participação popular, a quantidade de pessoas da sociedade civil, grupo de acompanhamento e equipe técnica municipal foi baixíssimo. Quando comparado ao total de 506.701 habitantes do município (IBGE, 2022), isto é, participaram cerca de 427 londrinenses, o que equivale em termos percentuais a 0,085% da população total municipal. Na etapa III, o total de participantes foi de apenas 462 pessoas.

Observa-se que ocorreu uma fraca participação das classes populares. Por outro lado, os representantes de agentes produtores do espaço urbano se fizeram presentes, inseridos nos grupos de acompanhamento ou como participantes do fórum popular. Perante esse fato, cabe a reflexão realizada por Antonello (2013, p. 248):

[...] Não se pode esquecer que a sociedade brasileira ainda se encontra envolta na visão imposta pelo governo autoritário e pelos tradicionais planos diretores que delegavam ao “discurso competente” o planejamento do espaço urbano. Destarte, o caminho para eliminar a força ideológica da passividade social em face dos problemas coletivos do espaço urbano é longo.

Por conseguinte, não se pode deixar cair no imobilismo social, exatamente o intuito da classe dominante, mas colocar em prática estratégias de incentivo à participação popular, como por exemplo, o plano diretor participativo, que visa criar uma consciência cidadã da produção social do espaço urbano/rural, pois como coloca a autora, o processo é longo, contudo, precisa ser trilhado mediante a efetividade de procedimentos participativos. Assim, pondera-se que mesmo com uma participação ínfima da população londrinense na revisão do PDML foi possível demonstrar que os mecanismos de participação podem envolver a sociedade no planejamento e na gestão urbanos.

É fundamental elaborar uma dinâmica coletiva, segundo Charbonneau (2002) que não se restrinja ao momento da revisão do plano diretor, mas que envolva de forma contínua os técnicos e a população para se construir um projeto coletivo de cidade, no qual todos se vejam como sujeitos que vivem e produzem o território municipal. A luta é para romper com a

dominação de classe, bem como com a visão tecnicista de planejamento, que considera que a população seja desprovida de conhecimento, sem respeitar o conhecimento popular. Uma vez que se pauta na defesa que: “[...] toute planification doit être basée sur la mobilisation sociale élargie des acteurs. La planification doit alors engendrer un processus collectif de prise en main grâce au dialogue et à l’échange entre les acteurs” (DOUAY, 2013, p.53).

A preocupação com a participação da classe popular na elaboração e monitoramento das políticas públicas, como a de desenvolvimento urbano, é fundamental para se concretizar um projeto coletivo de cidade. Os dados da participação popular nos fóruns de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina são um indicativo da necessidade da criação de estratégias, que viabilizem a participação coletiva na cidade e no campo, de forma sistemática, impedindo assim uma participação social que visa apenas legitimar o processo participativo, para designar o plano como participativo. Destacam-se alguns recursos que se pode lançar mão para alterar a lógica da não participação ativa da classe trabalhadora, que comumente encontra-se excluída do processo participativo.

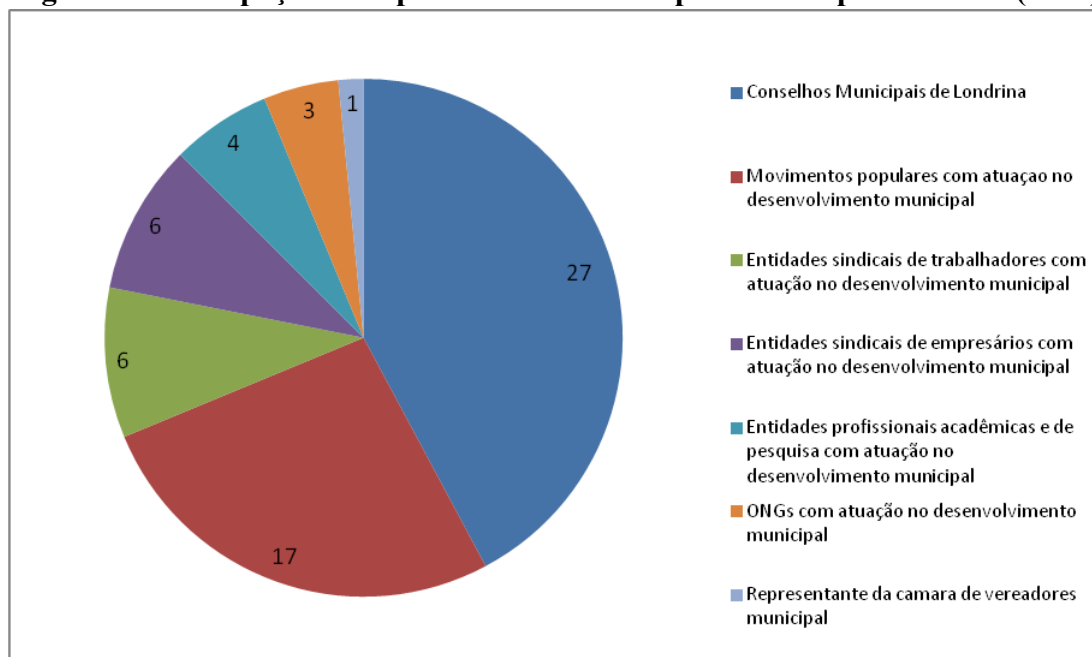
Dentre os mecanismos possíveis, a reorganização do associativismo de bairros pode ser uma possibilidade significativa de promoção da participação popular, desde que não seja tutelada pelo gestor público ou representantes políticos, como vereadores, por exemplo. A mobilização de comunidades escolares pode ser outro meio de estimular o senso participativo, com o desenvolvimento de projetos pedagógicos que coloquem estudantes, corpo docente e demais membros da comunidade escolar em um processo sistemático de reflexão, participação e proposição de soluções para as demandas locais, ao nível do bairro. Envolvendo para tanto, universidade pública (docentes e discentes) e educação básica, num processo horizontal de produção de conhecimento a ação, pondo em prática um efetivo projeto democrático (ANTONELLO; VEIGA; ALIEVI, 2021, p.201).

Em se tratando do grupo de acompanhamento, importa destacar que ele foi formado segundo critérios de representatividade previstos no Conselho Nacional das Cidades e no Conselho Estadual das Cidades, assim, a composição final dos representantes foi: 22 conselhos municipais de Londrina, sendo 05 do Conselho Municipal da Cidade/CMC e demais representantes da sociedade civil (Figura 1).

Os conflitos e disputas oriundas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina somente corroboram o fato de que é possível que instrumentos de

gestão democrática e participativa sejam apropriados pelas frações burguesas, que passam a exigir do poder público que seus objetivos sejam colocados enquanto prioridade, ainda que precise expor suas insatisfações publicamente e comprometer todo o ordenamento justo de uma cidade, o que indica a viabilidade da apropriação da coisa pública por instituições privadas, processo típico de um Estado que forma alianças com as minorias detentoras do capital.

Figura 1: Participação de representantes no Grupo de Acompanhamento (2018)



Fonte: Londrina (2018). Org.: As autoras, 2020.

Para contextualizar a discussão sobre a participação das frações de classe no PDML, optamos por selecionar e analisar as narrativas proferidas por sujeitos representantes de três diferentes entidades profissionais e empresariais do município de Londrina e região. Estas foram transcritas a fim de indicar como se verifica este contexto de disputa e acirramento entre as frações de classe ao longo da revisão do Plano Diretor. Os trechos transcritos foram extraídos de matérias jornalísticas publicadas por mídias locais acerca do processo de revisão do referido Plano Diretor Municipal de Londrina como no site de notícias “Portal Paiquerê” e no blog de notícias local intitulado “Paçoca com Cebola” e estão identificadas como “sujeito A”, “sujeito B” e “sujeito C”.

Ao iniciarmos a pesquisa na mídia local sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina, observamos que esta atribuiu maior espaço e importância às manifestações de representantes que detêm o poder econômico e político na região, como os representantes políticos do poder público municipal e os que representam entidades empresariais. Em contrapartida, aqueles que possuíam opinião contrária às entidades empresariais e que representavam os interesses populares pouco tiveram – ou não tiveram – a oportunidade de se manifestar publicamente. Tal fato expressa que o “[...] discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 1982, p. 96, apud ANTONELLO, 2009, p. 106).

Isto posto, iniciaremos com a entrevista realizada com o sujeito ‘A’ no mês de outubro de 2018, que representa o setor da indústria da construção civil em todo o norte paranaense, tendo como base territorial cerca de 87 municípios. Considerando sua representatividade, foi convidada a participar do processo de revisão do PDML. Na referida entrevista, intitulada de “Plano Diretor tem viés ideológico e travaria mais Londrina”, tanto o canal de comunicação quanto o entrevistado buscam destacar como o plano diretor que estava sendo elaborado não seria favorável ao município e à população:

A preocupação maior nossa é que foi alterado todo o histórico que se vinha construindo do plano diretor desde 1998 na cidade de Londrina. (...) Pra nós, esse plano diretor do jeito que foi montado, ele vai travar a cidade de Londrina. Mais né? Vai travar um pouco mais a cidade de Londrina, que praticamente a atividade econômica nossa aqui tá... tá precária. (PORTAL PAIQUERÊ, 2018).

Ao afirmar que o plano diretor pode vir a travar o município, coloca à população que consome esta informação que, caso o plano seja aprovado como foi elaborado, poderia se colocar em risco e se comprometer as atividades econômicas de Londrina e da região, o que sem dúvida sensibiliza grande parte daqueles que acessam tal declaração, considerando a preocupação geral e constante com questões relacionadas ao setor econômico.

O entrevistado ‘A’ se referiu durante a entrevista ao grupo de acompanhamento do Plano Diretor criado pelo IPPUL e composto, em parte, por representantes de instituições de ensino superior, que segundo ele, incorporou ao plano:

[...] esse viés socialista [...], tanto que se fala em imóveis subutilizados, em três anos depois de notificado o imóvel tem que ser desapropriado ou ele vai ser... tô procurando a palavra aqui... mas ele tem que ser usado pra... pra uma família carente, uma família sem teto. Então assim, você não tá mais garantindo o direito à propriedade na cidade de Londrina, eu não posso ter um imóvel vazio (PORTAL PAIQUERÊ, 2018).

É perceptível que o discurso do “sujeito A” carrega uma série de preocupações de teor econômico e especificamente empresarial, considerando que representa um grande grupo de investidores e detentores de poder econômico e político no município e região, o que o leva a expressar livremente e publicamente suas insatisfações com o ordenamento da cidade. O fato de as frações encontrarem tamanho espaço para se expressarem é um indicador da predominância de um bloco no poder na estrutura do Estado capitalista, onde as frações de classe concluem que demonstrar publicamente seus interesses e insatisfações pode ser uma medida eficaz para fazer com que as políticas estatais atuem a seu favor, demonstrando o jogo de forças existente entre as classes sociais e o poder público.

Nesse sentido, Poulantzas (1978), analisando a atuação e o papel de alguns agentes específicos no contingente burguês, como no caso dos empresários, observa que o papel dirigente destes tem relação com o saber que possuem e com a burocracia que dominam, onde assumem formas precisas nas determinações de classe burguesas. Assim, esse lugar objetivo dos empresários nas relações políticas e ideológicas não se reduz à cultura ou ao meio social, mas se concretiza na ideologia específica destes agentes que, sob a forma de racionalidade econômica, de eficiência de rendimentos e de expansão econômica, dominam a ideologia burguesa.

No final de sua entrevista, o “sujeito A” questiona as formas de participação e reitera o suposto viés ideológico do plano diretor que estava em processo de revisão:

[...] eu quando presidente do CMC (Conselho Municipal das Cidades), eu mandei vários ofícios ao IPPUL dizendo que o CMC não estava participando do processo, não estava sendo chamado ao processo, assim como o SINDUSCON, o SECOVI (Sindicato da Habitação e Condomínios), o Clube de Engenharia, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, algumas universidades - que não a UEL - as privadas, e o IPPUL nos disse do jeito que foi montado o grupo de acompanhamento e que seria daquela maneira” (PORTAL PAIQUERÊ, 2018).

Nesse ponto, o entrevistado tenta argumentar que diversas entidades, incluindo a que representava – SINDUSCON – não tiveram a chance de participar das atividades organizadas pelo IPPUL quanto à revisão do plano diretor, quando na verdade todas as entidades por ele mencionadas foram convidadas a participar democraticamente do processo. O fato é que entidades como o SINDUSCON pouco ou nada participaram das primeiras etapas da revisão, conforme apontam os relatórios do IPPUL (2018), começando a participar de forma mais

efetiva dos trabalhos somente na etapa final, quando perceberam que as propostas e as diretrizes elaboradas não condiziam com seus interesses.

O segundo entrevistado, “sujeito B”, representando uma associação rural concedeu entrevista ao Portal Paiquerê em março de 2019. O entrevistado é representante de uma entidade patronal e desenvolve sua fala nos moldes da crítica do “sujeito A” quanto à suposta ineficácia do novo plano diretor para o desenvolvimento do município:

Nós não... não gostamos do plano diretor que está aí, achamos muito ruim. Então, na nossa opinião, tem que fazer outro. Nós temos um levantamento lá... (...) tem inúmeros pontos, mais de setenta pontos... que são irregulares... que são problemáticos sob o ponto de vista jurídico. Então, nós achamos que esse tipo que... que foi proposto é um atraso pra cidade, a cidade vai sentir isso (PORTAL PAIQUERÊ, 2019).

Considerando que um dos principais objetivos da SRP é defender as causas relacionadas ao agronegócio, além da força da sua atuação no município e na região, o entrevistado demonstra publicamente sua insatisfação e busca apontar que todo o trabalho até então desenvolvido deve ser descartado, dadas as supostas irregularidades e inconsistências encontradas. Por esta razão, compartilha do mesmo discurso elitista do entrevistado anterior para fazer pressão junto ao poder público, indicando como atuam as frações de classe.

Vale salientar que uma das primeiras metas da entidade, conforme verificado no site oficial da SRP (2020), é manter contato próximo com os representantes dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, visto que se definem enquanto uma associação política classista. Assim, afirmam que a entidade tem o papel de cobrar e questionar o poder público quando necessário, além de fornecer informações precisas e verdadeiras para que suas decisões sejam coerentes. “Para tal contato não importa orientação política nem partidária, o importante é a solução dos nossos problemas” (SRP, 2020).

Poulantzas (1978) observa que o Estado serve, de forma dominante, aos interesses da fração hegemônica, o que indica que suas ações não compõem uma estratégia coerente, explícita e racional, mas são resultado da relação de forças. O autor ainda aponta que, em geral, as intervenções estatais não somente correspondem aos interesses da burguesia como visam a reprodução ampliada do capital, onde não pode estar a serviço exclusivo de apenas uma fração, mas desenvolver suas ações com base na relação de forças que inclui o Estado e todas as frações atuantes neste, a fim de mesclar intervenções políticas e econômicas para manter a hegemonia do bloco no poder.

A terceira entrevista transcrita e analisada foi concedida por um representante de uma associação de profissionais, cedeu em novembro de 2018, ao canal do blog de notícias local intitulado “Paçoca com Cebola”, que foi disponibilizada na plataforma de vídeos Youtube. Em contraponto ao discurso do primeiro entrevistado o blog realizou uma entrevista com um representante de outra entidade, que se colocasse de forma contrária a referida fala e as críticas contidas nesta, conforme apontaremos a seguir. Questionado pelo entrevistador se o novo plano diretor estaria avançando ou se seria pior do que o anterior, o “sujeito C” afirma:

Eu vejo ele avançando (repórter), e... ampliando a discussão e inclusive instrumentalizando o próprio setor que tá reclamando agora uma série de instrumentos urbanos né, que é por exemplo a outorga onerosa, é um grande instrumento pra resolver uma série de coisas no tocante a zoneamento. (...) Eu acho que é primeiro... quando você cria o macrozoneamento, o macrozoneamento ele é uma peça jurídica e vai ser uma peça da lei que está sendo feita que dá mais possibilidade de ter zoneamentos parciais acontecendo, soluções locais né. Como tava falando com você agora há pouco. Então, em grandes áreas que tem uma diferença que muda o zoneamento momentaneamente, que acontece alguma coisa, você já vai evoluir mais né, então já vai ter uma possibilidade da cidade se desenvolver mais homogeneamente (PAÇOCA COM CEBOLA, 2018).

Nesta fala, percebemos o entrevistado se contrapondo ao que foi relatado por representantes das entidades classistas, quando afirma que o plano diretor em elaboração propunha avanços quanto ao desenvolvimento da cidade, ao contrário do que afirmaram outras entidades. O entrevistado indica que os próprios instrumentos urbanísticos do planejamento urbano, como a outorga onerosa, que é um instrumento de concessão do poder público para que os proprietários de terrenos possam construir imóveis mediante o pagamento de uma contrapartida financeira e conforme as regras estabelecidas no zoneamento urbano, já era um dos elementos que garantiria um maior e melhor desenvolvimento urbano.

Em seguida, quando indagado se concordava com a crítica do entrevistado ‘A’ quanto à paralisação dos trabalhos de revisão para refazer todo o processo, o “sujeito C” respondeu que não concordava visto que:

[...] teve cadeira em todo o processo né, então, primeira questão é que é plano diretor participativo né, então por conta do Ministério das Cidades, que a gente nem sabe se vai continuar existindo nesse momento, o plano diretor tem que ser participativo, e ele é dividido em setores da sociedade né, que tem assento, inclusive esses que estão reclamando agora, eles fizeram parte da equipe técnica, tiveram assento na equipe técnica, porque foi um plano diretor feito por um viés de composição de pessoal da seguinte maneira, não foi só o poder público que tava presente, fazendo esse plano diretor né, através do IPPUL e das secretarias né. Mas a sociedade civil, através da... sociedade civil, as entidades né, através da equipe, equipe técnica e a população, através da equipe de acompanhamento, que tava o próprio CMC, observatório de gestão, os representantes das regiões né, então é um plano que teve,

democraticamente, a cadeira pra todos os setores da sociedade (PAÇOCA COM CEBOLA, 2018).

Já havíamos sinalizado anteriormente, quando analisamos as falas do primeiro entrevistado, que os próprios documentos produzidos pelo IPPUL e disponibilizados em sua página oficial contradiziam suas críticas quanto às possibilidades e formas de participação do processo de revisão do plano diretor. Ressalta-se que se trata de um representante de uma entidade que esteve presente em várias atividades da revisão do plano quem salienta que diversas entidades foram convidadas a participar democraticamente do processo, possibilitando que o sindicato do entrevistado ‘A’ tivesse representantes compondo a equipe técnica responsável por acompanhar e contribuir com os trabalhos e discussões.

Nesse sentido, Gohn (2003), observando o cenário de conflito e tensões em que se inserem os atores sociais na participação popular, indica a conquista de espaços construídos por setores organizados da sociedade civil. A autora indica que estes aspectos são mais perceptíveis a nível local, onde os atores sociais se relacionam diretamente e reconfiguram as formas e culturas políticas tradicionais, permeadas pelo patrimonialismo e pelo clientelismo. Por esta razão, tornar a participação de diversos sujeitos mais efetiva por meio da promoção e incentivo desta, por muitas vezes se torna responsabilidade da própria população, já que o poder público se exime da tarefa, a fim de que os espaços participativos existam, mas sejam acessíveis apenas àqueles que desfrutam de condições para acessá-los.

Sob esta perspectiva, são as relações de poder e o jogo de forças instaurado no âmbito local que determinam as ações do poder público e das frações de classe, que se manifestam conforme encontram condições políticas para tal e de acordo com a capacidade das outras frações e das classes dominadas de realizarem o mesmo. Por esta razão, Poulantzas (2000) aponta que o poder de uma classe significa, a princípio, seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar este que recobre as práticas das classes em luta, isto é, as relações desiguais de subordinação/dominação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, o que consiste desde então as relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poulantzas (2000) aponta que o poder de uma classe significa, a princípio, seu lugar objetivo nas relações econômicas, políticas e ideológicas, lugar este que recobre as práticas das classes em luta, isto é, as relações desiguais de subordinação/dominação das classes estabelecidas na divisão social do trabalho, o que consiste desde então as relações de poder.

Sob esta perspectiva, uma determinada fração de classe somente manifesta e concretiza seus objetivos econômicos e políticos caso detenha poder para tal e possua uma posição superior frente a classe oposta, onde o Estado e o poder público são as peças fundamentais para que as frações burguesas exerçam sua dominação e desenvolvam suas estratégias

A formação da cidade de Londrina foi baseada em uma negociação entre Estado e a burguesia, para que o território ganhasse investimentos dos proprietários de terras e determinasse como e quem poderia ocupar as terras londrinenses. A sua formação territorial já dava indícios da segregação social que se instauraria na cidade, assim como determinava como as frações burguesas detinham um poder econômico e político em relação aos governantes.

Logo, a revisão que compreende o período 2018-2028 foi fundamental para sinalizar que as disputas entre as classes sociais se mostram conforme os interesses entram em jogo. Por se tratar de um importante instrumento de gestão das cidades, o plano diretor do município de Londrina e as relações de forças que se originaram a partir das etapas de sua revisão, nos mostraram inúmeros exemplos de como as frações se expressam e posicionam frente aos meios de comunicação e ao poder público no que tange a defesa e garantia da detenção do poder político e econômico.

Visto que o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor envolve a participação popular e diferentes segmentos da estrutura social local, se estabelece um jogo de forças envolvendo os mais diversos segmentos das classes, que se expressam no plano político à luz das necessidades econômicas.

Na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina destacamos alguns representantes das frações de classe que atuaram no sentido de defender os interesses do capital e não do coletivo, buscando direcionar o plano diretor à minoria detentora dos poder a nível local. A forma como estavam sendo conduzidas as propostas no decorrer da revisão do PDM, não atendia ao capital local, sendo por isso alvo de questionamentos por estes sujeitos sociais. E o

questionamento teve continuidade com o encaminhamento da minuta de lei do PDM para a câmara de vereadores em dezembro de 2018, sendo somente votada em 2021, após a inserção de aproximadamente 130 emendas ao projeto original, estando grande parte destas emendas atendendo os interesses do capital local.

Neste sentido, ainda que a participação popular seja fundamental, não podemos afirmar que as decisões democráticas serão respeitadas, já que acompanhamos ao longo da revisão do plano diretor que inúmeras estratégias foram colocadas em prática por diversas entidades e pelo poder público municipal para que as propostas elaboradas quanto ao desenvolvimento urbano fossem condizentes com os interesses dos detentores do poder econômico.

Por outro lado, a população em geral pouco participou das discussões, que foram realizadas com um percentual mínimo da comunidade em cada fórum de participação popular. Tal fato é um indicativo da necessidade da criação de mecanismos que viabilizem a participação social na área urbana e rural de forma sistemática, evitando assim momentos pontuais onde se pensa a participação somente quando se realizam processos de revisão de documentos como os planos diretores. Se faz essencial que seja criada uma consciência coletiva com base em uma “pedagogia urbana”, ou melhor, uma pedagogia territorial que estimule a participação de forma contínua da população na vida e nas orientações do ordenamento do território.

Explicitamos por meio dos discursos destes sujeitos participantes, como as frações de classe expressam seus interesses quando se trata da elaboração e implementação de um instrumento de gestão pública que direciona o planejamento e o desenvolvimento das cidades.

Há no Estatuto da Cidade (2001) o indicativo de outras formas de participação, como os conselhos municipais, dentre os quais o Conselho Municipal da Cidade e do Conselho de Desenvolvimento Rural, que devem ser compostos por diferentes segmentos da sociedade, com destaque para a classe trabalhadora, que pode contribuir para a construção de uma gestão democrática de fato.

A promoção de mecanismos que estimulem e promovam a participação popular é de extrema importância, uma vez que a gestão democrática é o caminho necessário para se atingir o desenvolvimento do espaço urbano e rural de modo que se sobreponha a desigualdade socioeconômica que continua a ser a matriz territorial nacional, bem como pode

ser uma estratégia de resistência em meio a condensação das relações de forças que se cristaliza no Estado.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 239-254, 2013.

ANTONELLO, I. T.. O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense. In: KATUTA, A. M.; ELY, D. F; PAULINO, E. T.CUNHA, F.C.; ANTONELLO, I. T. **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009. p. 87-110.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; ALIEVI, A. A. O desafio da experiência participativa na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina/PR - 2018/2028. In: CAVALCANTI, S.A.U. (Organizadora). **O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2021, v.1, p. 192-203.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archivio di studi urbani e regionali**. Veneza, ano IV, n. 2, junho 1973. (Mimeografado).

CHARBONNEAU, Jean-Pierre. **Dossier: À école de la ville**. Revue l'Urbanisme, 2002. Disponível em: www.revueurbanisme.fr. Acesso em 01 de maio de 2010.

BRASIL. Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 25 Nov 2018.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DOUAY, Nicolas. La planification urbaine française: théories, normes juridiques et défis pour la pratique. **L'information Géographique**, Paris: Armand Colin, volume 77, nº 3, p.45-70, 2013.

BRASIL. Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 25 Nov 2018.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Projeto de Pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DOUAY, Nicolas. La planification urbaine française: théories, normes juridiques et défis pour la pratique. **L'information Géographique**, Paris: Armand Colin, volume 77, nº 3, p.45-70, 2013.

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber: História da Sexualidade I. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: O Direito à Cidade e à Revolução Urbana**; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Deslandes, Suelly Ferreira; Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Souza (Organizadores). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 9-29.

PAÇOCA COM CEBOLA. **Há sim avanços no Plano Diretor, contesta vice-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=bdQuHx6HvHM&t=83s>> Acesso em 25 Nov 2018.

PORTAL PAQUERÊ. **“Plano Diretor tem viés ideológico e travaria mais Londrina”**, dispara Sinduscon. 31 de outubro de 2018. Disponível em:
<<https://www.paquere.com.br/plano-diretor-tem-vies-ideologico-e-travaria-ainda-mais-londrina-dispara-sinduscon/>> Acesso em: 09 julho 2021.

PORTAL PAQUERÊ. **Presidente Rural aponta reta final de preparação para Expo e pede novo Plano Diretor**. 28 de março de 2019. Disponível em:
<<https://www.paquere.com.br/presidente-rural-aponta-reta-final-de-preparacao-para-expo-e-pede-novo-plano-diretor/>> Acesso em 09 julho 2021.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2.Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 15-20.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulação entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vamice; BARBOSA, Pedro Navarro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 159-182.

SILVEIRA, P. Poulantzas e o marxismo. *In*: POULANTZAS, N. **Poulantzas**: sociologia. São Paulo: Ática, 1984. p. 7-40.

SRP. SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ. **Objetivos e metas**. Disponível em:
<<https://srp.com.br/institucional>> Acesso em 02 Fev 2020.

SWEEZY, P. M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**: princípios de economia política marxista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Recebido em Outubro de 2022

Aprovado em Outubro de 2023

Publicado em Dezembro de 2023